

AS CONSEQUÊNCIAS DO GÊNERO, DA RAÇA E DA CLASSE NA EVASÃO E NO ABANDONO ESCOLAR

Diana de Almeida Bini de Jesus, Mestranda do Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, UNESPAR/Campus de Campo Mourão;

Maria Inez Barboza Marques, UNESPAR/Campus de Paranavaí/Campo Mourão/Apucarana;

Wilma dos Santos Coqueiro, UNESPAR/Campus de Campo Mourão.

Introdução

O presente resumo expandido tem como objetivo apresentar uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), que tem como objeto: ‘Uma abordagem interdisciplinar sobre as consequências do gênero, da raça e da classe na evasão e no abandono escolar em Campo Mourão-PR.’ Considera-se que os índices de evasão e abandono escolar no Brasil, especificamente no Ensino Médio, têm se apresentado com números alarmantes nos últimos anos. Para o aprofundamento dessa temática, a pesquisa busca investigar, a partir de uma abordagem interdisciplinar e fundamentada nas perspectivas decolonial e interseccional, os fatores relacionados à evasão e ao abandono escolar de estudantes do ensino médio em escolas públicas da cidade de Campo Mourão/PR, considerando os marcadores sociais de gênero, raça e classe.

Materiais e métodos

O estudo tem caráter qualitativo, com base na etnografia e na escrivência como metodologias de investigação. Para a execução da pesquisa, será utilizada a interdisciplinaridade como base e as correntes dos Estudos Decoloniais e a Interseccionalidade por meio de uma relação entre a bibliografia selecionada e o objeto de estudo sob um olhar crítico.

Resultados e Discussão

ISSN: 25253611

VI Seminário sobre gênero:

“Educação, diversidades e práticas profissionais: diálogos interseccionais e (im)pactos sociais”

O Brasil foi, historicamente o último país a abolir a escravidão, em 13 de maio de 1888. Como consequência, o país ainda carrega as mazelas decorrentes do período colonial. Esse cenário evidenciou segregações de gênero, raça e classe social, que perduram até os dias atuais. A corrente teórica da decolonialidade estuda como a colonialidade ainda está presente no cotidiano e propõe alternativas que rompam com essas estruturas.

A decolonialidade é uma categoria teórico-política voltada para a reversão da colonialidade. A colonialidade, por sua vez, é um padrão subjetivo de subalternidade do sul global perante o norte global, uma subalternidade para além da dimensão territorial. Ela também está relacionada à construção de um padrão ético, estético, epistêmico, cultural, religioso – tudo isso atravessa padrões de colonialidade. A decolonialidade vai na contramão, buscando descentralizar o pioneirismo e a potência do mundo que nos cerca, tendo como bases únicas o continente europeu e os Estados Unidos (Pinheiro, 2023, p.107).

A decolonialidade vai ao encontro da interseccionalidade, enquanto uma procura romper com a colonialidade presente a outra analisa as diferenças dentro das diferenças (Crenshaw, 2004). Em cada pessoa incidem múltiplas opressões, as quais derivam de múltiplos fatores e afetam de formas diferentes cada indivíduo na sociedade. Na escola, esses fatores multiculturais podem ser constatados de forma particular.

No campo da educação, as polêmicas multiculturais são particularmente violentas. Elas concernem à convivência e a maneira de enriquecer ou de trocar por uma perspectiva multicultural a perspectiva monocultural que dominou o ensino: reforma de textos didáticos, revisão das atuais grades curriculares, introdução de novas matérias, contratação de professores oriundos dos diversos grupos étnicos (Semprini, 1999, p.50).

Candau (2008) enfatiza que cada aluno traz consigo uma cultura diferente e, portanto, considerar a interculturalidade se faz necessário nesse ambiente. Catherine Walsh (2005), por sua vez, destaca:

O conceito de **interculturalidade** é central à (re)construção de um pensamento crítico – outro – um pensamento crítico de/desde outro modo, (...) precisamente por razões principais: primeiro porque está vivido e pensado desde a experiência vivida da colonialidade, ou seja, do movimento indígena; segundo, porque reflete um pensamento não

baseado nos legados eurocêntricos ou da modernidade (...) (Walsh, 2005, p. 25, grifos nossos).

Sob a lente da interseccionalidade e a partir dos marcadores sociais de gênero, raça e classe, considera-se que a diversidade se manifesta cotidianamente no espaço escolar, evidenciando a multiculturalidade e a necessidade de práticas interculturais. Nesse contexto, a escola precisa adaptar-se para acolher as diferenças e, assim, prevenir o abandono e a evasão escolar (Reis, 2011). Desse modo, o reconhecimento das identidades e das experiências de grupos historicamente marginalizados torna-se fundamental no processo educativo. Para Semprini, ainda que essa perspectiva seja criticada pelos defensores da meritocracia, o reconhecimento é indispensável para o fortalecimento da autoestima de sujeitos pertencentes a grupos minorizados, o que pode ocorrer “de outros modos, pela aplicação de critérios específicos na avaliação do desempenho escolar, ou pela adoção nos livros escolares e nos programas de ensino de contribuições intelectuais ou realizações artísticas de autores marginais” (Semprini, 1999, p. 94).

Importante ressaltar que houve alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com a promulgação das Leis n.º 10.639 e n.º 11.645, que trazem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, e ainda asseguram o direito de todos à educação, independentemente de raça ou classe (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008). Apesar do direito estar garantido nas leis, ainda há muitas situações relacionadas aos marcadores de gênero, raça e classe que estão para além da legislação, o que tem acarretado evasão e abandono escolar.

Silva e Araújo (2017), evidenciam que, “a evasão e o abandono escolar são um grande problema relacionado à educação brasileira” (Silva, Araújo, 2017, p. 37). A segregação devido ao gênero, raça e classe é um exemplo corriqueiro nas escolas, o que reflete diretamente nas pessoas que possuem uma condição de vulnerabilidade maior. É importante ressaltar que a escola marca um momento de suma importância na vida de nossas crianças e adolescentes, pois para muitos(as) deles(a), encontram na escola a única forma de ocorrer

mudanças na condição financeira, na qualidade de vida e na inclusão social.

Partindo do pressuposto de que a educação escolar é obrigatória e que, a partir dela, muitos(as) conseguem uma mudança em vários âmbitos sociais e pessoais, ela precisa promover um ambiente acolhedor para receber esses(as) educandos(as).

Diante da problemática exposta, surge a possibilidade de ampliar a perspectiva crítica e incentivar o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, para responder a esta questão de pesquisa. A interdisciplinaridade se faz necessária, pois, “existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes” (Morin, 2003, p. 14). Considera-se, para esta pesquisa, o fato de que o indivíduo inserido em um meio social se constitui como sujeito, e este não pode ser compreendido de maneira isolada, uma vez que é permeado por interações, pela historicidade e por valores políticos, econômicos, culturais e sociais. A interdisciplinaridade favorece o diálogo e incentiva a ampliação de uma compreensão crítica e reflexiva diante da complexidade da realidade.

Considerações finais

A escola básica, especificamente no ensino médio, vem apresentando evasão e abandono escolar em maior número. Espera-se que esta pesquisa contribua para o aprofundamento da compreensão acerca das causas da evasão e do abandono escolar no ensino médio, considerando as abordagens da interseccionalidade e da pedagogia decolonial. Ao disponibilizar informações detalhadas sobre o perfil desses(as) estudantes, o estudo busca auxiliar a escola na identificação e no acompanhamento de alunos(as) em situação de vulnerabilidade, favorecendo a construção de um ambiente mais inclusivo, que contribua para a prevenção do abandono escolar e para um acolhimento mais significativo desses(as) educandos(as).

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em:

ISSN: 25253611

VI Seminário sobre gênero:

“Educação, diversidades e práticas profissionais: diálogos interseccionais e (im) pactos sociais”

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. acesso em: 14 de maio de 2026.

BRASIL. **Lei nº 10639**, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 16 maio de 2026.

BRASIL. **Lei nº 11645**, de 10 de março de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 16 maio 2026.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 13, p. 45-56, 1 abr. 2008. Quadrimestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?format=pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PINHEIRO, Barbara Carine Soares **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 160 p.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Tradução Laureano Pelegrin. Bauru, Sp: Edusc, 1999. 178 p.

REIS, Pedro. **Observação de aulas e avaliação do desempenho docente**. Lisboa: Ministério da Educação – Conselho Científico Para a Avaliação de Professores, 2011. 72 p.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 35–48, 2017.

WALSH, Catherine. **Pensamiento Crítico Y Matriz (De)colonial: reflexiones latino-americanas**. Ecuador: Universidad Andina Simón Bolívar / Abya-Yala, 2005. 300 p.